

# Tribunal com processos mais rápidos e menos pendências

Relatório anual do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores identifica uma redução do tempo médio da duração de um processo, que passou de 440 dias em 2015, para 185 dias em 2018. Pendências também reduziram

LUÍS PEDRO SILVA  
lsilva@acorianooriental.pt

O tempo médio de duração de um processo no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores passou de 440 dias em 2015, para 185 dias no final de 2018.

Foi ainda registada uma acentuada diminuição da pendência que passou de 26.592 processos, em setembro de 2014, para 9.728 processos no final de 2018.

O relatório elaborado pelo juiz presidente do Tribunal da Comarca dos Açores, Moreira das Neves, assinala que “os resultados operacionais de 2018 evidenciam, sem nenhuma margem para dúvida, não apenas uma muito significativa melhoria geral dos serviços de justiça (do Tribunal) prestados à comunidade, como do mesmo passo se afiguram confirmatórios de uma trajetória com um só sentido, iniciado em setembro de 2014, de redução consistente da pendência geral, de diminuição acentuada dos processos de longa duração e de pronunciada redução do tempo médio de duração dos processos judiciais”.

A evolução registada no funcionamento da Justiça nos tribunais dos Açores está alinhada “com os níveis de exigência dimanados da missão constitucional atribuída aos Tribunais: administração da Justiça em nome do povo, em prazo razoável”.

O juiz Moreira das Neves salienta que a apresentação destes resultados positivos ape-

nas foi possível devido ao profissionalismo dos magistrados e funcionários do Tribunal, mas também devido aos modelos de gestão aplicados nos Açores.

“Para isso contribuiu um conjunto alargado de fatores, à testa dos quais está o profissionalismo dos magistrados e funcionários do Tribunal, naturalmente associado ao modo participado e responsabilizador como se constroem os objetivos anuais (qualitativos e quantitativos), que vêm orientando o serviço para as áreas em que era/é preciso melhorar. O cumprimento das metas traçadas constitui o sinal mais evidente do acerto das

estratégias de gestão”, frisa o relatório.

Na lista de medidas implementadas para melhorar os resultados operacionais está o envolvimento das pessoas ligadas à Justiça, com o objetivo de conhecer as suas ideias e mobilizar esforços para atingir as metas definidas.

“Para isso também concorre a antecipação dos problemas e a programação das medidas para os ultrapassar, a monitorização das ações implementadas e a flexibilização das medidas e dos meios, ajustando-os ao tempo e às necessidades do serviço”, destaca o juiz Moreira das Neves.

Também foi importante a “es-

ARQUIVO.AQ/ EDUARDO RESENDES



Moreira das Neves preside ao Tribunal Judicial da Comarca dos Açores



Durante os últimos três anos registou-se uma evolução significativa do funcionamento dos tribunais nos Açores

e as audiências e diligências marcadas tenham de adiar-se (ou que o adiamento inevitável o seja por muito tempo)”.

O presidente do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, Moreira das Neves, regista que, apesar do “significativo défice de funcionários”, ficou demonstrado que foi cumprida a missão do Tribunal e sublinha que “se nos forem reforçados os meios seremos capazes de fazer melhor”.

O juiz Moreira das Neves destacou ainda que, na maioria dos casos, o trabalho é efetuado com meios insuficientes, sobretudo devido à falta de funcionários, mas também devido às “persistentes ineficiências do CITIUS, dos défices e deficiências das instalações e equipamentos”, apontando como exemplo a situação do tribunal de Angra do Heroísmo, que conta apenas com duas salas de audiências para seis magistrados judiciais e vários computadores trabalham a uma velocidade incompatível com as exigências do serviço. ♦

tabilidade das regras de substituição dos juizes e dos funcionários”, que permitiu reforçar “os serviços mais deficitários (ainda que com trabalho à distância) e com isso evitar que por uma circunstância extraordinária qualquer serviço bloqueie

## Desafio é melhorar os resultados

O Tribunal Judicial da Comarca dos Açores pretende continuar a promover a recuperação de pendências antigas, ainda existentes em Angra do Heroísmo e Horta.

O relatório anual assinala que em Angra do Heroísmo “a recuperação vem sendo feita a bom ritmo e a instalação do novo Juízo de Família, Menores e Trabalho (que vai ocorrer a 23 de abril) acelerará essa recuperação”. Relativamente ao tribunal da Horta já foram implementadas “medidas de superação das dificuldades”, mas a recuperação das pendências “prevê-se mais demorada”. Os sinais positivos para a Horta foram o “reforço recente do quadro de funcionários e aumento do quadro de juizes”.



ARQUIVO AO/ EDUARDO RESENDES



ARQUIVO AO/ EDUARDO RESENDES

Faltam funcionários nas secretarias



ARQUIVO AO/ ANA CARVALHO MELO

Tribunal da Povoação com mais julgamentos



ARQUIVO AO/ EDUARDO RESENDES

Queixas por falta de acesso para pessoas incapacitadas na Praia da Vitória

## Queixas por problemas de acessibilidades

Durante o último ano foram apresentadas sete reclamações no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores.

A maioria está relacionada com a existência de “dificuldade de compreensão dos procedimentos judiciais, mas também por deficiência das instalações”.

Foram registadas queixas por “inexistência de acesso para pessoas incapacitadas – em Velas e na Praia da Vitória”.

O problema das acessibilidades já foi identificado pelo tribunal há vários anos, mas continua a ser uma questão que o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, entidade responsável pela gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e tecnológicos do Ministério da Justiça, ainda não definiu um prazo para resolver

no arquipélago dos Açores.

O acesso aos pisos superiores dos edifícios onde funciona o tribunal em Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Horta, São Roque do Pico, Velas ou Nordeste é efetuado apenas através de uma escadaria, sem a existência de um elevador ou placa elevatória, limitando a acessibilidade às salas de audiência destes tribunais.

O tribunal também revela que solicitou às câmaras municipais a criação de lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, na via pública, sendo que Ribeira Grande, Santa Cruz das Flores, Santa Cruz da Graciosa e Velas criaram estes lugares de estacionamento, mas continuam a faltar este género de lugares na Horta, Nordeste e São Roque do Pico. ♦

## Aumentam julgamentos na Povoação

O relatório anual do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores destaca o aumento significativo do número de julgamentos realizados nos juízos de proximidade da Povoação e Nordeste.

“No ano de 2017 haviam-se realizado 5 julgamentos em tribunal singular no Juízo de Proximidade de Nordeste e 10 no Juízo de Proximidade de Povoação; realizando-se em

2018 10 julgamentos no Juízo de Proximidade de Nordeste e 61 julgamentos no Juízo de Proximidade de Povoação”, assinalou o juiz presidente Moreira das Neves.

Este novo procedimento que reforçou os julgamentos nos juízos de proximidade da Povoação e Nordeste contribuiu para aproximar a Justiça das pessoas.

Por regra, sempre que existe

um processo com várias testemunhas residentes nos concelhos da Povoação ou Nordeste, é marcado o julgamento para estes juízos de proximidade.

O juiz do tribunal de Vila Franca do Campo realiza os julgamentos na Povoação, enquanto o juiz da Ribeira Grande desloca-se ao Nordeste para a concretização dos julgamentos. ♦

## Tribunal de Execução de Penas vai ser instalado no dia 14 de maio

A 14 de maio vai ser instalado o Tribunal de Execução de Penas (TEP) dos Açores, que ficará sediado na ilha de São Miguel.

Foi escolhida a juíza Patrícia Pedreiras, atualmente colocada no juízo local criminal - J2 do tribunal de Ponta Delgada, para assumir as funções de juíza do Tribunal de Execução de Penas.

Patrícia Pedreiras vai acumular o trabalho do TEP com o

serviço no juízo local criminal de Ponta Delgada, que julga processos com penas de prisão até cinco anos.

A colocação desta juíza, em acumulação de serviço, foi a solução encontrada pelo Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, para garantir a existência de um juiz para trabalhar no início da instalação do novo tribunal.

Durante o verão será efetuado

um movimento dos juízes que vai determinar a colocação de um juiz em definitivo no Tribunal de Execução de Penas nos Açores.

A juíza Patrícia Pedreiras vai acompanhar todos os processos dos reclusos colocados nos estabelecimentos prisionais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

Recorde-se que o processo de criação do Tribunal de Execução de Penas nos Açores come-

ARQUIVO AO/ EDUARDO RESENDES



Novo tribunal vai gerir processos dos reclusos

çou em fevereiro de 2016, através de uma estudo promovido pelo Conselho Consultivo do Tribunal da Comarca dos Açores, que defendia a necessidade de implementar este tribunal nos Açores.

O parecer do Conselho Consultivo foi enviado para a Direção-Geral da Administração da Justiça, Conselho Superior da Magistratura e Procuradoria-Geral da República, sendo que recentemente o assunto voltou a ser discutido numa reunião de trabalho entre o Conselho de Gestão da Comarca e o Diretor-Geral da Administração da Justiça. ♦ LPS